

**investir nos professores  
construir um futuro melhor**

**spn**  
INFORMAÇÃO

*Investir nos Professores de Hoje é Construir um Futuro Melhor* – este ano, o lema do Dia Mundial dos Professores remete para o papel dos docentes no quadro da crise económica e financeira mundial e para a necessidade de investir na educação, entendendo-a como ferramenta de revitalização.

Promovido pela Internacional da Educação (IE) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Dia Mundial visa homenagear os educadores/professores e realçar o seu papel fundamental na condução de crianças, jovens e adultos na aprendizagem ao longo da vida. Por outro lado, alerta para a necessidade de se procurarem mecanismos de protecção da profissão docente e de, apesar da crise, se investir na docência de forma proporcional ao que deles se exige.

Entretanto, a IE tem em curso a campanha *Mãos à obra pela educação*. O objectivo é ajudar as organizações-membro a garantir que os governos invistam mais fundos na Educação Pública, para fazer frente à crise.

“Agora, mais do que nunca, é fundamental que os sindicatos de docentes se mobilizem e demonstrem à sociedade e aos governos que investir na educação é a melhor opção em benefício das gerações actuais e futuras”, considera o secretário-geral da IE, Fred van Leeuwen.

A.B.



## 5 out: dia mundial dos professores

Pormenor de cartaz do Dia Mundial dos Professores

**spn**  
INFORMAÇÃO

**Director** Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

**Design Gráfico** Adriano Rangel · **Fotografia da capa** Adriano Rangel · **Impressão** Lisgráfica, SA

**Propriedade** Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6  
**E-mail** spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

**Tiragem média** 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n°** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

# Recordar o passado para melhor enfrentar o futuro

Poderá haver várias formas de encarar o ano lectivo que agora se inicia. Expectantes, confiantes, desconfiados, até descrentes, cansados, determinados, tristes, convictos da sua razão, alegres, porque não? Enfim, num universo tão amplo de professores e educadores caberá sempre uma variedade grande de estados de alma em que cada um de nós se poderá situar. Para indefinir ainda mais as coisas, este editorial é escrito antes do dia 27 de Setembro...

O Sindicato dos Professores do Norte, a sua Direcção, os seus delegados e activistas sindicais, os seus associados, partem para o novo ano lectivo tristes, mas confiantes.

Tristes, porque no espaço de poucos meses, vimos partir dois dos nossos dirigentes mais queridos, o Adriano Teixeira de Sousa e, um mês e meio depois, o José Paulo Serralheiro.

Para além da dor da perda de dois amigos, todos nós sentimos o imenso vazio da sua ausência física. É duro, penosamente duro, ter que enfrentar todos os desafios que temos pela frente sem a sua presença a nosso lado, nas nossas reuniões, nas nossas conversas, nas nossas viagens de trabalho, no interior dos gabinetes, mas também nas ruas, onde somos chamados, tantas vezes, a exercer direitos de cidadania que tanto perturbam os poderes instalados.

É uma áspera realidade esta, mas que projecta em todos nós a responsabilidade de não deixarmos apagar a sua imagem do presente e do futuro do Sindicato que tanto amaram e a que dedicaram o melhor das suas energias, das suas capacidades, da sua disponibilidade para a vida.

O seu exemplo não morrerá. Honrar a sua memória também será manter vivo e presente todo um legado de dedicação e altruísmo que só é apanágio dos bons, dos melhores.

Confiantes, porque a classe docente que representamos soube cimentar, ao longo das muitas lutas que foi forçada a travar, uma unidade e uma determinação de sentido positivo, viradas para o futuro, consciente de que outras soluções se desenharão no futuro próximo e que a contra-reforma montada pela inefável parilha José Sócrates/Maria de Lurdes Rodrigues tem os dias contados.

Só que esta confiança na alteração do rumo da política educativa seguida nos últimos e desastrosos 4 anos e meio assenta mais na séria avaliação das suas forças próprias do que nas promessas habilmente apresentadas por certas forças políticas até aqui de oposição ao actual Governo.

Não é que seja despiendo que a luta dos professores tenha forçado a inscrição de várias promessas de fazer diferente por parte da quase totalidade dos partidos concorrentes ao acto eleitoral, exceptuando-se aqui o partido de Sócrates, mais uma vez numa postura de *orgulhosamente sós*. Este, coitado, ainda e sempre incapaz de reconhecer a dimensão e a profundidade dos seus erros políticos, assume publicamente que tudo se resume a uma questão de estilo, de maior delicadeza...



**Abel Macedo,**  
Coordenador do SPN

Se mais não existisse, só esta tola observação justificaria a necessidade do castigo eleitoral que os professores estão prestes a infligir-lhe. Porque têm memória, porque sabem onde estão os responsáveis pela mais profunda crise da Educação vivida desde Abril de 1974 e porque sabem que a sua superação não passa por mais do mesmo, no que às soluções governativas diz respeito.

Como num passado não muito longínquo, serão a nossa unidade, a nossa força e a nossa capacidade de luta as chaves do sucesso, ou seja, a efectiva alteração de rumo da política educativa neste país. ▀

## Ainda mais do mesmo...

Em Julho, identificámos o sucedido com as colocações em lugares de quadro como uma “desgraça” e “um dos dias mais negros de sempre no que respeita à estabilidade e ao emprego docente”. De facto, os novos ingressos de professores em lugares de quadro foram apenas 396, para todo o continente, um número baixíssimo que traduz a aposta do Governo Sócrates na precariedade, além de levar ao crescimento acelerado do desemprego docente.

É importante lembrar que estas trezentas e noventa e seis entradas em quadro foram as primeiras desde 2006, em virtude de, a pretexto de uma falsa estabilidade, a legislação em vigor não ter permitido a realização de concurso para o preenchimento de lugares de quadro em 2007 e 2008, tal como não prevê outro antes de 2013!

Mas o ridículo número de 396 vinculações torna-se ainda mais escandaloso quando se sabe que nos três últimos concursos aos quadros (2004 a 2006) entraram, em média, mais de 3.000 docentes. Número que, ainda assim, pecava por escasso face às reais necessidades das escolas para responderem a todos os problemas sentidos, designadamente para apostarem fortemente na qualificação da população e num sucesso educativo que não fosse apenas estatístico...

Daí que, mesmo naqueles anos, muitos professores acabavam por ser posteriormente colocados, suprimindo necessidades permanentes das escolas e do sistema, mas ficando eles numa situação de enorme precariedade.

Acresce dizer que, desde 2006, houve milhares de docentes que se aposentaram, muitas vezes com significativo prejuízo remuneratório, ao mesmo tempo que o Ministério da Educação se vem ufanando do aumento da frequência escolar verificado nos últimos anos.

Daí não surpreender que, logo em Julho, o ME tivesse previsto a posterior colocação de mais cerca de 38.000 docentes. Apesar de ser uma previsão aparentemente irrealista, a verdade é que foram milhares as colocações feitas entre a colocação anual (28 de Agosto: 15.125) e a bolsa de recrutamento, ou por contratação de escola, (ME previa mais de 5.500 ainda antes do início das aulas). O que comprova a forma restrita e absurda como o ministério calcula as necessidades reais das escolas e a sua aposta na mão-de-obra precária e barata – é que os docentes contratados, independentemente do tempo de serviço, não acedem à carreira, mantendo, por isso, o mesmo índice remuneratório anos a fio...

Mas esta situação também confirmou o erro do ME ao ter excluído do concurso os cerca de 10.000 portadores de habilitação própria, muitos deles necessários às escolas, uma vez que entre os profissionalizados não há resposta suficiente em determinadas áreas, de que é exemplo gritante a informática.

### Falta de transparência

Esta nova fase de colocações, que, como se vê, abrange milhares de docentes, está a ser feita através de um novo sistema. Trata-se da bolsa de recrutamento, à qual escolas e agrupamentos acedem directamente, introduzindo as respectivas necessidades: grupo de recrutamento, número de horas e duração previsível do contrato. O sistema lê a necessidade introduzida, vai ao respectivo grupo de recrutamento e selecciona o docente mais graduado que tenha a escola/agrupamento nas condições de horário e contrato requeridas entre as suas preferências.

Ou seja, um docente que tenha incluído nas suas preferências horários de todo o país, de todos os tipos (de completo até ao mínimo de 8 horas) e que se tenha candidatado tanto a horários anuais como temporários, tanto pode ser colocado na 1ª preferência, em horário anual, completo e à porta de casa, como pode ser chamado para a última, em contrato temporário, para um horário de 8 horas e a centenas de quilómetros da sua residência. E isto independentemente da sua maior ou menor graduação, uma vez que o sistema agora criado apenas respeita (?) as preferências manifestadas (ninguém pode, por exemplo, ser colocado numa escola a que não concorreu ou num horário temporário se apenas se candidatou a anuais), sendo a sua ordem absolutamente irrelevante.

A interrogação acima justifica-se pelo facto de os candidatos desconhcerem as listas de colocação, pois só quando são colocados é que têm acesso às restantes colocações, mas, ainda assim, nunca podem verdadeiramente saber se a sua colocação está ou não correcta, já que não conhecem a ordem por que entram os pedidos das escolas...

Perante a inevitável falta de transparência, a Federação Nacional dos Professores tentou que o ME realizasse, no mês de Setembro, uma ou duas colocações cíclicas, antes de passar o processo para a bolsa de recrutamento, bem como exigiu que houvesse divulgação de listas actualizadas de colocados e não colocados. Mas a receptividade a esta e outras propostas foi a habitual...



## Confusão exige mudança radical

Mas o absurdo não fica por aqui – paralelamente às colocações através da bolsa de recrutamento, feitas centralmente pela Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação (DGRHE), têm estado a ter lugar centenas de colocações por oferta das escolas-território educativo de intervenção prioritária (TEIP) ou com contrato de autonomia. Não podemos ignorar que cada escola/agrupamento fixa livremente os seus próprios critérios, que podem diferir entre diferentes grupos de recrutamento dentro do mesmo estabelecimento, permitindo estabelecer critérios à medida do candidato...

Há, ainda, que juntar o facto de, devido à simultaneidade de colocações pela bolsa de recrutamento e por oferta de escola, muitos docentes, embora já colocados, procurarem legitimamente obter uma colocação mais favorável, seja em número de horas, seja por ficar mais perto da residência; e quando a conseguem, acabam por rescindir o contrato relativo à colocação anterior, o que tem contribuído para aumentar a instabilidade nas escolas neste início de ano.

De tudo isto, há algumas conclusões inevitáveis a tirar:

- o processo de colocações virou autêntico reino da confusão e não há propaganda que o possa mascarar;
- fica provada a razão da Fenprof, que desde sempre defende o concurso nacional, baseado na graduação profissional;
- é de extrema importância que as escolas possam dispor atempadamente de professores em número que lhes permita responder, de facto, às suas necessidades e planificar colectivamente o seu trabalho.

Todas estas conclusões convergem numa outra – é indispensável que o próximo governo tenha abertura e disponibilidade suficientes para alterar radicalmente o quadro legal que regula os concursos e as colocações de educadores/professores e aceite realizar um novo concurso a lugares de quadro já no próximo ano. ▶

**José Manuel Costa**

*Direcção do SPN*

# Horários: lei é para cumprir!

**O que aqui se expõe visa capacitar todos os educadores e professores para actuarem no sentido da defesa da legalidade e dos seus direitos. Verificando alguma irregularidade, devem utilizar as minutas de reclamação disponibilizadas no site do Sindicato dos Professores do Norte ([www.spn.pt](http://www.spn.pt)).**

As alterações à legislação sobre horário de trabalho docente impostas no consulado de Lurdes Rodrigues originaram uma enorme sobrecarga de trabalho para os professores e contribuíram para a sua crescente dificuldade em ter garantidas condições para levarem a cabo todas as actividades inerentes à sua função – investigação e actualização, planificação de actividades, produção de materiais e, claro, avaliação dos alunos –, o que levou a que a regularização desta matéria assumisse grande importância na acção reivindicativa da Federação Nacional dos Professores (Fenprof). Fruto dessa preocupação, e na sequência das lutas dos professores, em 2008 foi publicado o Despacho nº 19.117, de 17 de Julho, que regula esta matéria desde o ano lectivo anterior.

Contudo, agora como antes, e como se já não bastassem as malfeitorias legais, sucedem-se as denúncias de incumprimento da própria lei por parte de muitos directores de escolas/agrupamentos, cujas atitudes fazem piorar, ainda mais, as condições dos docentes para o melhor exercício das suas funções.

Assim, somos obrigados a retomar um assunto que abordámos nestas páginas há cerca de um ano, para esclarecer os associados do SPN, e os docentes em geral, sobre aquilo a que, de facto, estão obrigados em termos de organização do seu horário e sobre os direitos que lhes assistem, na tentativa de acabar com os imensos abusos a que se vai assistindo e que correm o risco de fazer consolidar soluções ilegais e até desrespeitadoras da profissionalidade docente.

## As três componentes

Começemos pela base, para lembrar que o horário semanal de um docente com horário completo é de 35 horas, variando a sua componente lectiva com o ciclo e nível de ensino, de acordo com o artigo 77º do Estatuto da Carreira Docente (ECD). Assim, os docentes da Educação Pré-Escolar (EPE) e do 1º Ciclo do Ensino Básico têm uma componente lectiva de 25 horas, enquanto a dos docentes dos 2º e 3º ciclos, do Secundário e da Educação Especial (EE) é de 22 horas, podendo beneficiar da sua redução conforme prevê o artigo 79º.

As 35 horas do horário são distribuídas por três diferentes componentes: componente lectiva, componente não lectiva de estabelecimento e componente não lectiva individual.

Nos termos do citado Despacho 19.117/2008, a componente não lectiva para trabalho individual não pode ser inferior a 8 horas para os docentes da EPE e do 1º Ciclo; nos outros ciclos do Básico, no Secundário e na EE, terá o mínimo de 10 horas (docentes com menos de 100 alunos) ou 11 horas (100 ou mais alunos).

Na componente não lectiva de estabelecimento, constituída pelo número de horas definidas pelo estabelecimento para cada docente, acrescido do número de horas de redução da componente lectiva prevista no artigo 79º, estão incluídas, entre outras, as seguintes funções:

- avaliação de desempenho de outros docentes;
- coordenação de departamentos curriculares e outras estruturas de orientação educativa;
- coordenação de ano ou ciclo;
- coordenação de cursos;
- coordenação de clubes e/ou projectos;
- participação em reuniões de natureza pedagógica legalmente convocadas;
- frequência de acções de formação contínua;
- desporto escolar;
- substituição de outros docentes;
- dinamização de actividades de enriquecimento curricular;
- apoio individual a alunos;
- realização de estudos e trabalhos de investigação;
- assessoria técnico-pedagógica de órgãos de administração e gestão de escola/agrupamento;
- acompanhamento e apoio a docentes em período probatório;
- acompanhamento e supervisão das actividades de enriquecimento e complemento curricular;
- produção de materiais pedagógicos.

Quando o número de horas da componente não lectiva de estabelecimento for insuficiente para as funções ou cargos atribuídos, os docentes têm direito à redução da sua componente lectiva, ou, se a atribuição ocorrer durante o ano lectivo, ao pagamento do correspondente serviço extraordinário (ECD, art. 83º).



## Avaliação, período probatório e formação

Relativamente à avaliação do desempenho, cada avaliador beneficia de uma hora semanal da sua componente não lectiva de estabelecimento para avaliação de 3 docentes (Despacho nº 32.047/08, de 16/Dezembro). No caso do 1º Ciclo ou da EPE, o avaliador que tenha mais de 7 docentes para avaliar pode ficar sem grupo ou turma atribuído (despachos 19.117/08 e 32.047/08), exercendo a componente lectiva no apoio educativo e apoio ao estudo dos alunos do 1º Ciclo ou na coordenação das actividades da componente de apoio à família da EPE (esta última só para educadores de infância).

No que toca ao período probatório, os docentes que o realizam têm uma componente lectiva de 20 horas e o professor mentor (acompanhante do período probatório) dispõe de uma redução da componente lectiva de 2 ou 4 horas, conforme apoie até dois ou quatro docentes.

Recorda-se, também, que as horas referentes a acções de formação contínua com carácter obrigatório serão deduzidas na componente não lectiva de estabelecimento (alínea n) do nº 1 do artigo 6º do Desp. 19117/2008). ▶

## HORÁRIO DOCENTES 2º/3ºCEB/SEC (ECD e Desp. 19.117/2008)

| COMPONENTE LECTIVA E NÃO LECTIVA<br>registada no horário (a) |                           |  | COMPONENTE DE TRABALHO<br>INDIVIDUAL<br>não registada no horário (d) |                    |                        |                    |
|--|---------------------------|--|--|--------------------|------------------------|--------------------|
| Horário  | LECTIVA<br>blocos 90' (b) | NÃO LECTIVA DE ESTABELECIMENTO<br>blocos 90' (c) |  |                    | menos de 100<br>alunos | 100 ou +<br>alunos |
|  |                           | redução<br>art. 79º ECD                          | menos de 100<br>alunos   | 100 ou +<br>alunos |                        |                    |
| 11   | 1                         | 0  | 1,5 bloco  | 1 bloco            | 10 horas               | 11 horas           |
| 10   | 1                         | 1  | (máximo)   | (máximo)           |                        |                    |
| 9  | 0,5                       | 2  |  |                    |                        |                    |
| 8  | 0,5                       | 3  |  |                    |                        |                    |
| 7  | 0,5                       | 4  |  |                    |                        |                    |

(a) Legalmente, em nenhuma circunstância um horário completo poderá ter registados mais de 27 nem menos de 24 tempos [45']. De acordo com o art. 83º do ECD, todo o serviço prestado para além do número de horas registadas no horário de trabalho é considerado serviço extraordinário.

(b) O tempo para outras actividades é usado em apoios educativos e/ou actividades de enriquecimento e complemento curricular.

(c) O número de horas destinadas a actividades de substituição de docentes em falta não pode exceder 50% da componente não lectiva de estabelecimento [Desp. 19.117, art. 13º, nº 9]. Terão de ser deduzidas as horas referentes a acções de formação contínua [art. 6º, nº 1, alínea n)]. Inclui o tempo para reuniões de natureza pedagógica [ECD, art. 82º, nº 3, alínea c)]

(d) Inclui ainda reuniões, mas apenas as "que decorram de necessidades ocasionais" [Desp. 19.117, art. 2º, nº 2], como conselhos de turma com carácter disciplinar.

A propósito da aplicação do DL 75/2008

# Dois pesos e duas medidas

Sobre o Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da Educação Pré-Escolar e dos ensinos Básico e Secundário, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) tem vindo a afirmar, mesmo antes da sua publicação, que este diploma liquida a vivência solidária nas escolas.

Dizíamos em Janeiro de 2008: *“Metodicamente, avançaram com a sua verdade. Não com bom senso. Não com consenso. Não souberam ser políticos normais; foram desregrados, brutais e acintosos. (...) Chegou agora o tempo do final apoteótico, do morteiro. Do Regime Jurídico de Autonomia, Administração e Gestão. (...) A democracia é substituída pela designacia. As escolas deixam de ser locais onde se possa construir o bem e o interesse comuns. Serão locais de vontades e interesses singulares.”*

No que concerne ao apoio que tem vindo a prestar aos seus sócios no âmbito do DL 75/2008, o SPN é testemunha de procedimentos graves e duais por parte da Administração.

Exemplificando: no âmbito do processo de escolha de director, a actuação da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) tem sido pautada por diferentes apreciações (esperemos que só) técnico-jurídicas perante situações materialmente iguais e que, de acordo com o princípio da igualdade material vigente, deveriam ser tratadas de igual modo. Não se trata apenas de resultados diferentes, que poderiam ser motivados por pormenores factuais que desconhecemos, mas de uma real e efectiva dualidade de entendimento no exercício das competências que a Lei atribui às direcções regionais no âmbito deste processo, essencial à vida do ensino público.

Citaremos apenas o que a DREN entende serem, ou não, os seus limites de sindicância formal e material perante os processos desencadeados e concluídos pelos conselhos gerais (CG) – transitórios.

Perante duas reclamações, por dois candidatos, nas respectivas escolas, sobre o modo de escolha dos representantes dos pais para os CG (órgão competente para a escolha do director), a DREN ora entende ser competente para sindicatar a eleição dos pais, ora entende não ser essa eleição integrante do procedimento de escolha do director e, como tal, não se auto-reconhece competente para essa sindicância. Isto é, ora entende ter competência para decidir, ora se exime dessa tomada de decisão, por incompetência para esse juízo.

Salientamos a gravidade desta situação, porque é reveladora de um tratamento (esperemos que só) técnico contraditório, por parte da Administração, que, assim, enferma estes procedimentos de vícios legais passíveis de serem dirimidos pelos interessados.

## Competências e limitações das DREs

Estas situações são ainda mais graves, pois duvidamos, desde logo, da competência da DREN para decidir de reclamações interpostas por candidatos sobre as decisões tomadas pelos CG.

Explicando: pelo DL 75/2008 (artigo 23º), “o resultado da eleição do director é homologado pelo director regional de educação respectivo nos 10 dias úteis posteriores à sua comunicação pelo presidente do CG, considerando-se após esse prazo tacitamente homologado” e “a recusa de homologação apenas pode fundamentar-se na violação da lei ou dos regulamentos, designadamente do procedimento eleitoral.”





O facto de a Lei atribuir às direcções regionais a competência para proceder à homologação daquelas eleições em nada altera este entendimento, porquanto o acto de homologação é um acto meramente rotineiro, averiguador do cumprimento das formalidades procedimentais da referida eleição. Ou seja, as DREs recebem, analisam e homologam, ou não, o resultado da eleição do director, de acordo com a violação, ou não, da Lei ou dos regulamentos. E mais não fazem. Ou melhor, não deveriam ou não poderiam fazer.

Numa visão mais alargada, não entendemos que as DREs sejam órgãos hierarquicamente superiores aos CG. Estes são órgãos de direcção (artigo 11º) – não confundir com os senhores directores, que são órgãos de administração e gestão (artigo 28º). Os CG dirigem, os directores administram e gerem.

Na verdade, todas as decisões tomadas pelos CG, incluindo a eleição de um director, devem, numa primeira instância, ser contestadas/reclamadas junto do próprio CG e, numa segunda fase, se tal for julgado conveniente pelo reclamante, junto dos tribunais. Não existindo entidade hierarquicamente superior competente para tal, é despropositada a figura do recurso hierárquico para os directores regionais de educação.

Resumindo, as DREs poderão accionar os CG “nos termos gerais do direito” (artigo 51º), mas nunca poderão ordenar, ou exigir deles, a execução de quaisquer procedimentos.

### Haja esperança

O SPN tem a seu cargo, entre muitos outros, o patrocínio paradigmático de quatro acções judiciais no âmbito da aplicação do DL 75/2008: duas de impugnação de normas e outras duas acções administrativas. Esperemos pelo seu resultado. A justiça é lenta. Mas faz-se sentir.

Por vezes, para reparar injustiças, temos de esperar um ano, ou... quatro anos e meio. Mas quando julgamos ter razão não esquecemos, não desistimos.

Enquanto escrevo, lembro-me que daqui a dias haverá eleições legislativas. Ainda não há, portanto, resultados eleitorais. Mas em todos os cenários possíveis – garanto que ouvi mesmo –, existirá uma remodelação governamental. Esperemos. ▶

## “Remodelações governamentais”

Como é habitual, não resisto a citar Mário-Henrique Leiria («Novos Contos do Gin Tónico», 1973).

“— Podem sentar-se, meus senhores – determinou o Presidente aos Ministros que, atentos, o esperavam ao longo da mesa magnífica. E sentou-se também, no lugar que lhe competia. – Parece ser conveniente uma remodelação integral do ministério.

Entre o silêncio respeitoso, o Presidente levou a mão discreta ao bolso interior do casaco. Tirou o apito e apitou. Três vezes.

A porta da antiquíssima sala dos Passos Longos abriu-se.

De par em par. A guarda presidencial entrou e abateu os Ministros com rajada de metralhadora competente. Todos.

— Muito bem – confirmou o Presidente, levantando-se.

O cabo Ludovino encostou a metralhadora à parede, com todo o cuidado. Esfregou o nariz, olhou em volta, sorriu e atirou o Presidente pela janela daquele quarto andar.”

**Daive Castro Dias**

Direcção do SPN

Não sei se o cabo Ludovino foi alvo de algum atentado ou se actualmente é general. ▶

*Prova pública ou concurso a titular?*

## ***Categoria há só uma, Professor e mais nenhuma!***

O Despacho nº 19.255/2009, de 20 de Agosto, bem como a Declaração de Rectificação nº 2.223/2009, de 4 de Setembro, incidem sobre os requisitos formais exigíveis para o trabalho que os educadores de infância e os professores dos ensinos Básico, Secundário e Especial devem apresentar para requerer a realização da prova pública.

O referido despacho visa unicamente regulamentar o ponto 4 do artigo 3º, do Decreto-Lei nº 104/2008, de 24 de Junho, e não a regulação de abertura de momento concursal para a categoria profissional de ‘professor titular’.

O Ministério da Educação refere, hábil e astuciosamente, na sua literatura propagandística, que “os requisitos formais exigíveis para o trabalho que os professores devem apresentar quando requeiram a realização da prova pública (...) estão definidos num despacho (...)”. Não mentindo, o ME recorre a um ardid, ao introduzir no discurso, que esta prova está ligada a um concurso “de acesso para lugares de categoria de professor titular”.

Ora, este discurso não é verdadeiro. O que o citado despacho exclusivamente pretende é regular a prova pública, que num dia bem longínquo, pode permitir aos docentes acederem a uma categoria profissional, contra a qual, todos nós, por diversas vezes, em praça pública, nos manifestamos gritando bem alto que *Categoria há só uma, Professor e mais nenhuma!*

Os educadores/professores não podem deixar-se enganar – em questão está a formalidade do trabalho para a prova pública e não o concurso a ‘professor titular’. ▶

**Vítor Gomes,**  
*Direcção do SPN*

## **Diplomas do Ensino Particular**

Durante umas dezenas de anos, muito antes do 25 de Abril, existia um diploma de Ensino Particular para o 1º Ciclo do Ensino Básico que era concedido a quem não tinha Curso do Magistério e era autorizado a exercer funções docentes no ensino privado.

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) sempre reclamou cursos para estes docentes, que, à semelhança dos cursos de promoção para as educadoras de infância, lhes concedessem habilitação e profissionalização. O Ministério da Educação nunca cedeu a esta reivindicação, mas, em 29 de Maio de 2008, pelo Despacho nº 14.940/2008, dispensou estes docentes da realização da profissionalização em serviço, desde que tivessem, no mínimo, 45 anos de idade e 20 anos de serviço, estabelecendo, ainda, que “os docentes abrangidos consideram-se portadores de habilitação profissional para o exercício de funções docentes no ensino particular”.

Ora, segundo a Lei, esse despacho entrou em vigor no dia seguinte à sua publicação – a própria Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) é dessa opinião –, mas o Ministério da Educação, em mais uma manobra de diversão, distribuiu uma nota informativa, sem data, em que considera que os efeitos da dispensa se reportam a 1 de Setembro de 2009. Ou seja, mais um ano de lucro para os colégios que durante tantos anos tiveram mão-de-obra barata...

Agora, o filme não pode ter mais episódios, uma vez que não são precisas homologações, nem publicações, nem outras invenções... Pelo Despacho 14.940, a partir do fim de Setembro, os docentes em questão devem receber pela categoria E do contrato colectivo de trabalho, de acordo com o respectivo tempo de serviço. ▶

**Teresa Maia Mendes,**  
*Mesa da Assembleia-Geral do SPN*

# O que deve fazer quem não entregou objectivos

Mais um ano lectivo começa e, com ele, emergem muitas das preocupações herdadas do anterior. É o caso da avaliação do desempenho.

Neste momento, importa lembrar a todos os educadores e professores que – coerentes com os seus princípios – corajosamente resistiram às pressões, aos medos e às armadilhas, não entregando proposta de objectivos individuais, quais os procedimentos a adoptar.

Após a entrega da ficha de auto-avaliação – da qual haverá um comprovativo –, importa estar atento ao calendário da escola/agrupamento e ver quando são atribuídas as classificações aos restantes colegas.

Caso nada seja dito a quem entregou a auto-avaliação sem objectivos individuais definidos, é preciso interrogar por escrito o director sobre o motivo, podendo ser utilizada a minuta disponibilizada pelo Sindicato dos Professores do Norte (SPN).

Após a resposta, que deve ocorrer no prazo de 10 dias, é preciso que o interessado se desloque ao sindicato, com a resposta obtida, para que os serviços de contencioso prossigam com a acção – chama-se a atenção para o facto de o SPN só poder representar sócios, pelo que, conforme o compromisso assumido de defender todos, é preciso que quem não seja sócio se sindicalize.

Importa não desistir agora! Pode ser que, na sequência das eleições legislativas, tudo se resolva sem necessidade de recorrer aos tribunais. Mas, se tiver que ser, o SPN continuará sempre ao serviço dos educadores e professores! ▶

**Maria José Silva**

*Direcção Distrital do Porto*

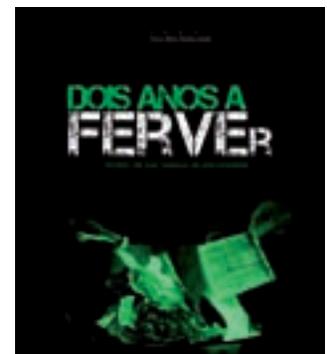


**PRECARIIDADE E DESEMPREGO.** A Federação Nacional dos Professores levou a cabo (7 de Setembro) mais uma iniciativa para (re)lembrar o drama de milhares de docentes que anualmente são confrontados com a angústia da precariedade e do desemprego – assumidas que estão as necessidades das escolas, o SPN e a Fenprof não compreendem um número tão diminuto de entradas no quadro, depois de, só no ano passado, 5.000 professores se terem aposentado.

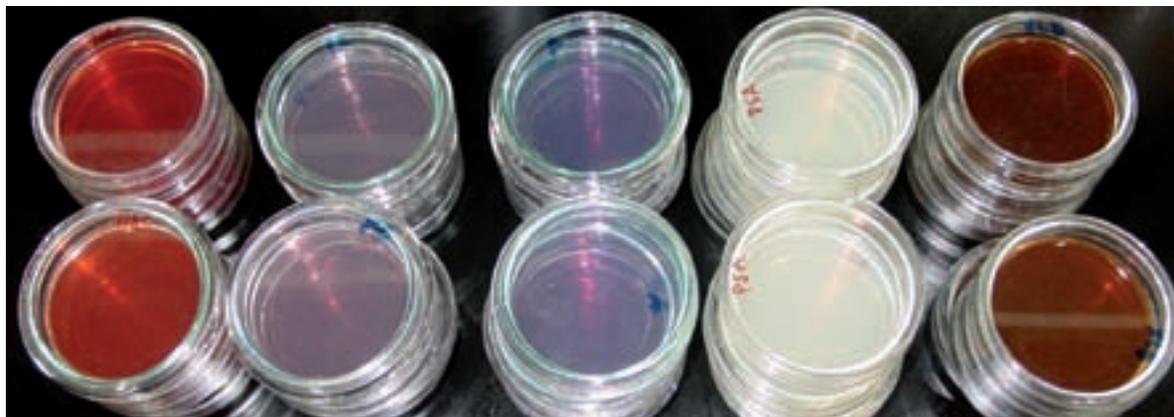
Infelizmente, não contamos com a presença de muitos desses professores, mas nem por isso o SPN deixou de alertar a população para a situação, através de acções de contacto em zonas centrais dos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Porto e Viana do Castelo, e de uma nota à comunicação social.

Nas suas acções, o SPN tem tido sempre presente as preocupações desses docentes, esperando que em futuras iniciativas haja uma maior participação nas lutas pelos seus direitos, à semelhança de Susana Silva, professora contratada há 13 anos, que deu um testemunho vivo de quem sente na pele este drama. ▶

**PRECARIIDADE A FERVER.** O movimento FERVE (Fartos destes Recibos Verdes) lançou recentemente um livro ilustrado contra o trabalho precário e os falsos recibos verdes. Editado pela Afrontamento, «Dois anos a FERVER: retratos da luta, balanço da precariedade» reúne e cruza testemunhos de vidas precárias, reflexões de activistas contra a precariedade e textos de investigadores, jornalistas e sindicalistas – Alexandra Madeira (Antena 1), Carvalho da Silva (secretário-geral da CGTP-IN), Elísio Estanque (sociólogo, Universidade de Coimbra), Henrique Borges (direcção do SPN), Luís Silva (MayDay), São José Almeida (Público), Tiago Gillot (Precários Inflexíveis) e Valter Hugo Mãe (escritor), são alguns dos autores. ▶



# Ciência e Ensino Superior:



A política do governo do Partido Socialista, em particular do Ministério para a Ciência e Tecnologia, para o Ensino Superior – salvo algumas medidas positivas, como o subsídio de desemprego para os docentes, após oito anos de lutas sindicais –, pode caracterizar-se como contraditória, e mesmo negativa em vários planos, particularmente no que diz respeito ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e ao financiamento, com fortes cortes orçamentais (15% em média) ou mesmo asfixia financeira, com concessões à possibilidade de criar fundações públicas de direito privado – uma figura atípica e estranha no ordenamento jurídico, susceptível de abrir caminho a interesses e pressões externas e à privatização parcial do sector, a partir de instituições públicas.

Quando se anunciava que o RJIES podia ser um instrumento de alguma racionalização no panorama nacional, o *lobbying* por via de câmaras municipais, de estruturas locais do PS (e do PSD) e de algumas presidências de politécnicos, encarregou-se de fazer abortar projectos reformistas anunciados pelo próprio ministro. A configuração legal do RJIES, em nome de uma retórica de eficiência e transparência, comportou uma diminuição no exercício da democracia no quadro de instituições já hierarquizadas, de baixa intensidade democrática e, não raro, eivadas de práticas discricionárias, quando não clientelares e, por vezes, de abuso de poder.

Os planos de reorganização do Ensino Superior e da Investigação nos vários domínios pretenderam:

1. Harmonizar o Ensino Superior pelo chamado “Processo de Bolonha” em nome do princípio da mobilidade, do reconhecimento de graus e de um novo paradigma pedagógico alegadamente centrado no aluno. Ora, não obstante algumas virtualidades do modelo, tal processo foi mais de encontro à necessidade da resposta competitiva da União Europeia face aos Estados Unidos da América, estimulando uma hierarquização de universidades e de centros de investigação de 1ª, 2ª e, eventualmente, 3ª ordem. Mais, a meritocracia e a excelência assumidas como míticos princípios mobilizadores, quando, sobretudo, eivados de um subtil darwinismo social para legitimar novas elites, fazem esvanecer as filosofias e pedagogias de Bolonha e apresentam-se com toda a sua força e, por vezes, crueldade, pois os não excelentes – aliás a grande maioria – só interessam como futura mão-de-obra acrítica, subordinada e dócil. Em concreto, com este processo, desvalorizaram-se os cursos de licenciatura, passando de 5 e 4 para 3 anos – processo que não colheu, por exemplo, em Espanha, menos seguidista e adesiva do que Portugal; com eles, os próprios mestrados e, por arrastamento, os doutoramentos.

# um breve balanço



2. Estimular a concentração de massa crítica nos laboratórios e unidades de investigação com 'excelente' e 'muito bom', admitindo, talvez como fase transitória, as unidades com classificação de 'bom'. Porém, esta política, além de depauperar recursos humanos, na vertente científica, de universidades (semi-)periféricas e do interior e dos seus centros, permitiu a deslocação ou 'fuga' de bastantes investigadores destas universidades para os grandes centros e, com esta, o reforço dos laboratórios e a metropolização dos centros de investigação – e Ensino Superior em (pós-)doutoramentos, com recrutamento de doutorados por meio do Programa Ciência, sem qualquer preocupação por um (re)equilíbrio na regionalização da Ciência e seus recursos, mais ainda agora, que se coloca no horizonte a regionalização político-administrativa.

3. Impulsionar a qualificação através de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento de jovens candidatos. Porém, esta medida, em princípio positiva, além de não proporcionar qualquer garantia de emprego estável, comporta um efeito perverso quando penaliza candidatos a bolsas por universidades (semi-)periféricas e do interior e seus centros, tendo como um dos critérios a classificação diferenciada da instituição de acolhimento.

4. A internacionalização da Ciência e das unidades de investigação, o que, em princípio, pode ser visto como positivo. Porém, não se entende por que os acordos foram feitos preferencialmente com universidades americanas, quando o podiam ser também com europeias e de outros continentes (sobretudo do espaço lusófono) e, sobretudo, por que é que a selecção das instituições não foi feita com base em concursos.

5. Por fim, a revisão de carreiras, com que se pretendeu dar resposta às novas realidades no Ensino Superior. Comparando os projectos iniciais com a configuração final dos estatutos das carreiras universitária e dos politécnicos, aprovados e publicados, importa realçar uma evolução positiva graças à conjugação da mobilização dos professores com as reivindicações sindicais em sede de negociação, sendo de destacar o papel fundamental da Federação Nacional dos Professores na valorização de ambas as carreiras. Porém, a par dos avanços registados, a Fenprof não pôde dar o seu acordo aos projectos finais, devido a algumas questões como a não atribuição da tenure aos professores auxiliares, o estatuto dos leitores e, sobretudo, o injusto regime de transição no Politécnico, apenas sendo possível obter in extremis uma diminuição da precariedade imediata e uma moratória pela obrigatoriedade das instituições em renovar contratos de 2 ou 4 anos durante os próximos 6 anos, mas sem resolver o problema de fundo – a estabilidade contratual na base do mérito, pela via não só de concursos, mas também por mérito absoluto, na sequência de provas de doutoramento. Esta injustiça, além de discriminatória do politécnico face ao universitário, terá de ser reparada por reapreciação parlamentar e do próximo governo – uma reivindicação que colheu praticamente a unanimidade dos grupos parlamentares. Onde, vigilância democrática e luta serão as próximas respostas do Sindicato dos Professores do Norte e da Fenprof. ▶

**Manuel Carlos Silva,**  
Direcção do SPN

# Autonomia das escolas é paradoxo centralista

Este ano e pela primeira vez num concurso nacional de professores, o Ministério da Educação decidiu que as escolas públicas com contrato de autonomia, pelo menos algumas delas, não pudessem recrutar pessoal docente através do *concurso externo* e da *bolsa de recrutamento*.

Nestas escolas, o ME apenas permitiu a colocação de professores dos quadros, opositores ao *concurso nacional*. Os candidatos ao concurso externo (cidadãos com habilitação profissional para a docência e, uma boa parte, com vasta experiência de ensino) não tiveram acesso às vagas declaradas pelas escolas com autonomia para as *necessidades transitórias*.

Quarenta e oito horas antes da publicação dos resultados do concurso nacional, o ME transferiu para as escolas com autonomia, pela primeira vez, a responsabilidade de contratarem, através de *oferta de escola*, os professores de que necessitavam e cujas vagas não seriam preenchidas pelo concurso nacional.

Esta decisão não foi devidamente ponderada nem articulada com as escolas com contrato de autonomia, que eram, afinal, aquelas a quem se dirigia. E não tendo sido articulada, interferiu negativamente com o lançamento do ano escolar já planeado, pois, inopinadamente e a cerca de 10 dias úteis do início das aulas, as escolas com autonomia foram surpreendidas com a necessidade de abrir vários concursos de oferta de escola para preencher horários que tinham lançado a concurso nacional – dezenas em alguns casos.

Mas esta foi também uma decisão prejudicial aos interesses das escolas com autonomia e dos próprios candidatos ao concurso.

Prejudicou umas e outros, objectivamente, porque a elas negou o acesso a um vasto universo de recursos humanos devidamente habilitado para a docência e com experiência no ensino; a eles, impediu-os de ficar colocados nas escolas da sua preferência. Paradoxalmente, ao impedir as escolas com autonomia de recrutar docentes no universo dos candidatos ao concurso externo, o ME restringiu-lhes o exercício da própria autonomia. Não só porque lhes reduziu imenso o universo de recrutamento – no caso, outro paradoxo – em favor das escolas *sem* autonomia, como, também, porque as impediu de contratar docentes que, por mérito próprio e por provas dadas no exercício da profissão em anos anteriores, tinham a legítima expectativa de nelas virem a exercer funções. Expectativas e interesses recíprocos, pois que, em muitos casos, era também do interesse das escolas com autonomia que as vagas fossem preenchidas pelos candidatos aos quais foi vedado o acesso.

Neste concurso nacional de professores para quatro anos e no que toca aos professores dos quadros, a Administração procedeu como sempre: colocou nas escolas com autonomia, sem as ouvir, professores oriundos de outras escolas ou zonas pedagógicas, quer porque fossem da sua preferência, quer por ausência de serviço lectivo nas escolas de origem. Quanto aos restantes opositores ao concurso nacional, a Administração inovou: impediu as escolas com autonomia de contratarem aqueles que pretendiam recrutar e que nelas queriam trabalhar.

Na prática, a Administração Educativa tomou uma medida em favor das escolas com autonomia que, do ponto de vista das próprias escolas e da racionalidade na gestão de recursos, foi limitadora da autonomia. Creio até que a Administração não se chegou a aperceber dos prejuízos que esta medida podia causar a essas escolas.

Este caso ilustra bem o ancestral desfasamento entre o discurso da autonomia das escolas e as decisões políticas e soluções técnicas que sobre elas recaem. Este desfasamento pode resumir-se numa espécie de paradoxo da autonomia: a Administração Educativa é “favorável” à autonomia das escolas, desde que seja ela própria a estabelecer, centralmente, os interesses das escolas com autonomia. ▀

**José Eduardo Lemos,**  
director da Esc. Sec. Eça de Queirós  
(Póvoa de Varzim)

*memória spn*

**Obrigado, Adriano!**  
**Obrigado, Zé Paulo!**



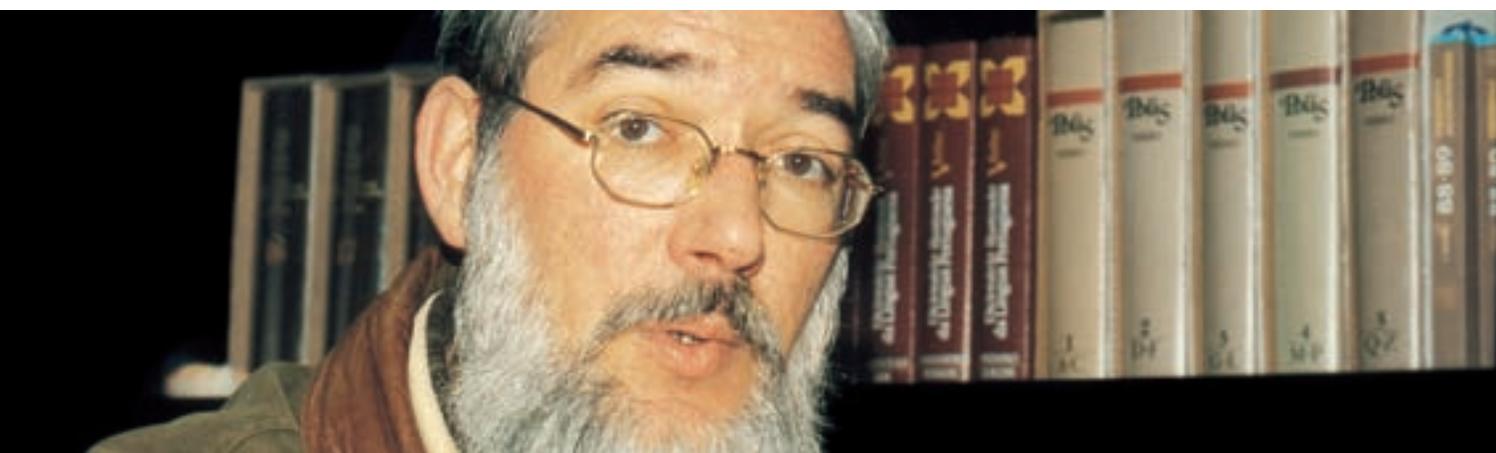


Quis o destino que, no espaço de pouco mais de um mês, o Sindicato dos Professores do Norte tivesse perdido dois dos seus mais carismáticos e (re)conhecidos dirigentes: Adriano Teixeira de Sousa e José Paulo Serralheiro – duas referências maiores do sindicalismo docente. Do mesmo lado da trincheira em tantas batalhas, também estiveram juntos na adversidade que lhes bateu à porta, e que souberam enfrentar com a serenidade e a coragem próprias dos grandes lutadores.

*Manuela Mendonça,  
coordenadora do SPN*

Apesar da ausência física, o seu exemplo constituirá um estímulo para a acção que o SPN e a Federação Nacional dos Professores continuarão a desenvolver em torno das causas que eles tão incondicionalmente abraçaram. Cuidaremos dessa herança, dando o melhor de nós para o reforço do SPN, o sindicato que é, e será sempre, o deles.

Para além do reconhecimento colectivo a estes dois companheiros de muitas jornadas e de muitas lutas, quero expressar o meu reconhecimento pessoal, pela importância que, à sua maneira, tiveram na minha formação sindical, no meu crescimento social e político e na minha vida.



## Ao Adriano, meu amigo dilecto

O que te posso escrever que não soe a tudo o que já te disse?

Como referi noutras ocasiões, eu entrei para a Direcção do SPN sem nunca ter sido delegada ou activista sindical, mas o meu percurso e o meu trabalho no sindicato foram muito facilitados pelo apoio permanente e solidário de dirigentes com outra experiência e outra sabedoria. Aprendi tudo o que sei de sindicalismo nos espaços que integrei no SPN e na Fenprof, mas é a ti que devo muito do que sou como sindicalista. A ti, sempre sereno e clarividente, sempre paciente e afável, sempre generoso e pronto a ajudar.

Para mim, tu és a referência central do projecto sindical que o SPN corporiza. Contigo aprendi a valorizar o trabalho directo com os professores e com as escolas, o respeito pelas opiniões dos outros (mesmo se contrárias às nossas), a importância da procura de consensos, o sentido ético para a nossa passagem pela vida.

No mapa da minha memória, revejo o exemplo que sempre nos deste, como pessoa e como sindicalista, de inteligência e honestidade intelectual, de coragem e combatividade, de discrição e sobriedade e, sobretudo, de grande desprendimento e generosidade. A assunção plena da tua responsabilidade de dirigente sindical, a força e a justeza das tuas convicções, a oportunidade e o sentido estratégico da tua intervenção.

E é por todos os pequenos e grandes momentos que partilhámos que, a par da imensa tristeza que sinto pela tua partida, me sinto grata por o meu caminho se ter cruzado com o teu e por termos podido caminhar juntos durante todos estes anos. E é também por isso que, mesmo fisicamente ausente, nunca vais deixar de estar presente.

Até sempre, querido amigo! ▶

## Ao Zé Paulo, apaixonadamente sindicalista

Escrevo-te este pequeno apontamento a partir de um texto que (me) escreveste num momento importante da vida do nosso sindicato e da nossa federação. Começava assim: *“Acompanho a Fenprof desde o seu nascimento. Como sócio, sem partido e sem simpatias partidárias, encontrei no sindicalismo um modo de participação cívica, cultural e política. Sou apaixonadamente sindicalista.”*

Reflectindo sobre os novos e os velhos desafios que se colocam hoje ao sindicalismo docente, sublinhavas a importância da independência sindical – *“sem compromissos, nem apoios, nem dependências, nem dívidas ao governo ou a partidos”* – e a necessidade de pensar e trabalhar em colectivo, para encontrar novas formas de intervenção e de luta que permitam *“retirar a educação portuguesa do estado de miséria em que se encontra e resgatar os professores do desprestígio em que o poder dominante os lançou”*. Porque, como afirmavas, *“transformar a educação portuguesa e desenvolver uma sociedade mais justa e mais igualitária é difícil, mas com esforço colectivo e decidido, é possível.”*

Dizias, ainda, que neste projecto sindical partilhavas comigo e com outros *“o gosto de correr contra ventos e marés”*. Estas palavras fazem-me lembrar as da letra de uma canção, que aqui deixo em jeito de compromisso: *“Enquanto houver estrada para andar, a gente vai continuar. Enquanto houver ventos e mar, a gente não vai parar.”*

Também por ti e sempre contigo! ▶

# Memória(s) do Adriano



**INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS.** “As causas para este fenómeno são múltiplas e têm a ver, sobretudo, com questões de ordem geral, relacionadas com profundas alterações no plano social e familiar e com o alastramento de situações de marginalidade e pobreza na sociedade portuguesa.

A assunção de que se está perante um problema que não pode ser ignorado coloca na ordem do dia a necessidade de medidas urgentes que garantam aos docentes a imprescindível segurança no exercício da sua profissão. Essas medidas passam, no essencial, por respostas políticas, sociais e económicas que atalhem a desigualdade crescente e melhorem as condições de vida dos portugueses. Mas há medidas que passam pela escola: é necessário maior autonomia para as escolas para que possam responder de forma diversa aos problemas com que as comunidades locais se confrontam, adequando as condições de ensino e aprendizagem às características específicas da sua população escolar – desdobrando turmas, trabalhando com grupos mais pequenos, criando equipas multidisciplinares, com técnicos, psicólogos e assistentes sociais, que trabalhem de forma articulada na identificação de situações, causas e respostas para os casos de indisciplina e violência.”

**ESTATUTO DA CARREIRA DOCENTE.** “Os professores contestam um projecto de revisão do Estatuto da Carreira Docente que desvaloriza e precariza a sua profissão ao pretender agravar o seu regime de trabalho e retirar direitos duramente conquistados. São disso exemplo, entre outros: a criação de duas categorias de professores, sendo que cerca de 80% ficarão retidos na primeira e mais desvalorizada categoria durante toda a sua vida profissional, com perdas salariais significativas; a aplicação de um regime excessivo e desumano de assiduidade, expresso na obrigação de cumprimento de 97% da componente lectiva para poder progredir na carreira, não constituindo excepções na aplicação desta norma as faltas por nojo, casamento, assistência a filhos menores, etc.; o estabelecimento de quotas máximas na avaliação de desempenho para as notações de Excelente e Muito Bom, o que irá certamente penalizar muitos docentes que poderiam preencher os requisitos para obter essas notações.”

“O dia 19 de Janeiro de 2007 vai ficar assinalado como uma página negra na história da profissão docente. Culminando um processo em que a negociação esteve ausente como conceito básico fundamental da vivência em democracia e da relação do Governo, qualquer governo, com os legítimos representantes dos trabalhadores, foi publicado o Decreto-Lei nº 15/2007, que muitos consideram o ECD do ME.

Este Estatuto configura um enorme recuo no caminho que os professores têm vindo a trilhar no sentido da sua afirmação como actores/autores imprescindíveis na construção de uma escola com mais qualidade e de um país mais democrático e mais desenvolvido. É, ainda, um instrumento da desvalorização crescente da profissão docente, expressa num diploma legal que retira direitos adquiridos, impõe constrangimentos na carreira, agrava o regime e condições de trabalho, subverte o próprio paradigma de uma profissão autónoma e valorizada.

Chegados que estamos ao final de um ciclo de luta (muita) e de negociação (muito pouca), importa sublinhar a responsabilidade do Governo e de alguns fazedores de opinião na criação de uma imagem negativa dos professores e educadores, ficando para a História a espantosa afirmação da ministra da Educação: “Perdi os professores, mas ganhei a opinião pública”.

**ESTABILIDADE.** “É difícil falar de estabilidade quando nas escolas se tem vindo a acentuar um clima de instabilidade e até de conflitualidade, decorrente da fractura da carreira imposta pelo ME.

É cada vez mais claro que foram critérios essencialmente economicistas, e não uma alegada recompensa do mérito, que presidiram à imposição de duas categorias.

Por outro lado, o processo de avaliação do desempenho proposto pelo ME obriga a procedimentos tão burocratizados que, em momentos fulcrais do ano lectivo (final de um e início do outro), os professores terão de centrar mais as suas preocupações na sua própria avaliação do que no trabalho com os alunos. Isto para não falar do previsível clima de tensão decorrente de uma avaliação assegurada por professores titulares, condicionados a classificar em função de quotas administrativas.”

**O ANO DOS PROFESSORES.** A Marcha da Indignação, que juntou em Lisboa 100.000 professores e educadores de todo o país, constituiu, só por si, a melhor resposta a todos os que, do Governo a alguns plumitivos, se empenharam na construção de um cenário de hecatombe para a Escola Pública e para os profissionais que nela trabalham.

Não ignoramos que confluíram na Marcha múltiplos descontentamentos. Ignorar isso seria não compreender o sentido mais profundo do que aconteceu no dia 8 de Março, onde, a par do papel fundamental das organizações sindicais como motor da mobilização e organização dos professores, tiveram um papel importante movimentos não estruturados de docentes que surgiram em várias zonas do país.

Para muitos, o ano lectivo passado foi o ano dos professores. O ano em que conseguiram furar o cerco que foi montado e o cenário que foi construído em torno da sua alegada incompetência e desinteresse pelo sucesso dos seus alunos. O ano em que se fortaleceu a ligação entre os professores e as suas organizações representativas.

No momento em que escrevemos este texto, perpassa pelas escolas uma onda de revolta e indignação que permite afirmar que, em Novembro, professores de todo o país irão encher, de novo, as ruas de Lisboa, afirmando que são imprescindíveis na construção de uma educação e de um ensino com qualidade e na construção de um futuro melhor. 2008-2009 será também, certamente, o Ano dos Professores.” ▶

**Adriano Teixeira de Sousa**

---

Gostaria de transmitir a minha mais profunda homenagem a esse homem bom e lutador que tantos anos deu da sua vida ao movimento sindical docente e à luta dos professores por uma Escola Pública digna de uma sociedade verdadeiramente democrática.

**Manuel Loff, Faculdade de Letras da Universidade do Porto**

O texto que escreveram na página diz bem aquilo que penso: “É o melhor de todos nós”. Também para mim, ele é a referência e tenho plena consciência do tanto que lhe devemos. Conheci-o já nos tempos de faculdade. Considero-o um amigo de toda a vida.

**Maria Antónia Meireles, EB2/3 de Valadares**

A CONFAP recorda a grande afabilidade, tolerância e humanismo do Professor Adriano Teixeira de Sousa, seja enquanto docente, seja enquanto dirigente, curvando-se respeitosamente perante a sua memória.

**Conselho Executivo da CONFAP**

Partiu um homem bom, um homem exemplar! No nosso sindicato não há pessoa nem lugar (em sentido lato) que não tenha recebido ensinamentos e/ou que não tenha partilhado alegria, entusiasmo, amargura, humor com o Adriano. É, porventura, um dos homens mais verticais e com um irrepreensível respeito pelo pensamento do outro que conheci.

**Iracema Santos Clara, ex-dirigente do SPN**

Como antigo dirigente do SPN, tive o privilégio de privar sindicalmente e pessoalmente com o Adriano e apreciar a sua grande capacidade de solidariedade e de acreditar no que achava ser o mais justo: a defesa dos professores, do sindicalismo, da ética e da justiça social. Nunca se enganou, e a sua coragem, a sua persistência, o seu pensamento e sua forma de ser, marcaram profundamente quem como eu o conheceu.

**Jorge Rodrigues, ex-dirigente do SPN**

Do que conheci dele deu para perceber que era um homem de convicções mas sem nenhum sectarismo, apanágio somente de quem possui um espírito superior. Ouvi-lo era sempre uma lição. Conheci-lo foi um privilégio.

**José Pinheiro, Conselho Nacional da Fenprof**

**N.R.** As mensagens foram editadas.

# A um Amigo querido, no dia dos seus anos

**Adriano** nome de menino que nasceu antigo, sabendo de cor a aspereza da urze e o rumor equânime das rosas.  
Menino genético que não precisou de ler as tábuas de Moisés nem de ouvir a voz de Spartacus, porque no sangue lhe cantava a voz serena e justa, limpidamente despojada de seu pai.  
Menino grande sentado à tábua redonda da Fenprof, jogando-se, de alma nua, na construção de um triângulo equilátero sobre a irregularidade dos vértices de algo por definir.

**Adriano** discreto amigo que, como todos os homens íntegros, só se abre no silêncio das horas, como camélias afrontando a luz do entardecer. Coadada tonalidade onde a tua voz sempre se ergueu na busca da verdade, com a intensidade da luz de um pirilampo ao/do (?) rés dos campos da minha infância.

**Adriano** menino-mestre, subindo e descendo a corda da razão, com o tão singelo instinto de chamar-me, de chamar-te como irmão. Chama lavrando em terra ressequida, com a secreta esperança de criar uma terra florida, uma terra por que todos clamamos, pura e livre, solidária e querida – uma terra sem amos. ▶

**Paulo Sucena,**  
01.Maio.2009

## Não se morre assim impunemente

*“Podemos morrer se apenas amámos.” (Livro do Desassossego)*

Não se morre assim impunemente. Não se morre.  
A morte é um lugar de escuridão, lugar de ausência iluminada pela entrega total ao caminho da vida.

Embaciam-me ainda o olhar as lágrimas pela tua viagem tão precoce. Enxugo-as mas correm teimosas e embargam-me a voz que se perdeu em mim mesmo querendo dar-lhe corpo e asas para voar.

Aproveito o momento de comoção intenso  
Para abrir e folhear o livro da vida – o teu –  
E olhar a paisagem de gestos e acções que a tua Vida colheu e congregou em nós. Tantos que se confundem com a tua imagem serena e sorridente.

As tuas palavras vinham sempre carregadas e claras,  
Nasciam desse teu hábito complexo de pensar. Eram Busca contínua de justiça, de igualdade, de respeito. De dignidade humana e profissional. Os professores Sabem disso muito bem. Vi-o claramente no seu olhar Triste de te perder e de perder a tua perspicácia.

Perderam, também eu, a tua voz, a tua presença, o teu Sorriso, a tua argumentação arguta e persistente, o humor Do calor humano e fraternal que nos deste. Mas eles sabem Que não se morre assim impunemente. Sabem que a semente Que se lança à terra ressurgue sempre à luz do dia, ressurgue Multiplicada por cem, por mil, e gera somente a luz da alegria.

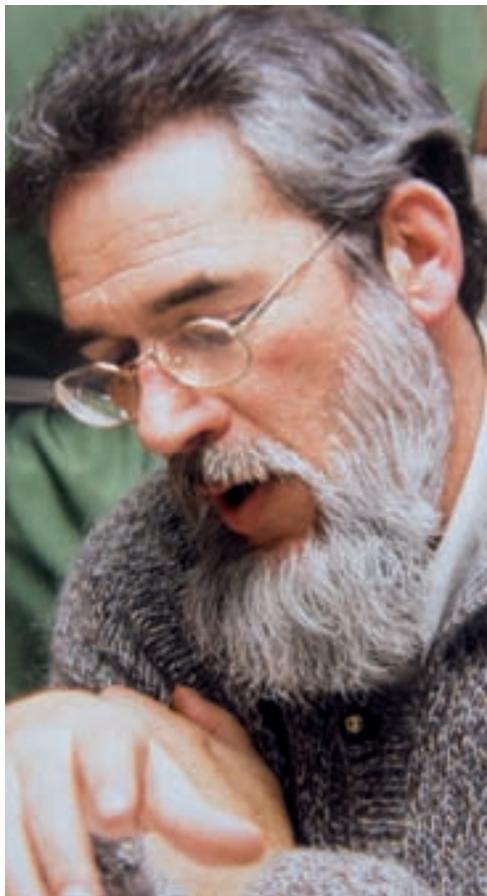
Quando te vi e te falei a última vez, no efémero jardim Onde estavas, mesmo por detrás da tua cabeça, havia um sol intenso iluminando a sombra do momento, olhei-o, vezes sem conta, no girassol rodando à tua volta de contentamento. É assim o girassol bebendo toda a luz.

Depois os teus amigos, tantos, tantos, tantos, levaram-te Ao jardim da paz. O Sucena foi eloquente simplesmente Nas palavras emocionadas, ovacionadas. E tu, Adriano, Como sempre, esgueiraste-te para o nosso coração. ▶

**José Custódio A. da Silva**

# Zé Paulo

## Uma sensibilidade muito particular



**António Teodoro,**  
*Universidade Lusófona*

Conheci o José Paulo nos anos 1980, aquando da criação do SPN e da Fenprof. Sempre admirei a sua calma e serenidade, o seu bom senso e sabedoria, que decorriam de um profundo conhecimento dos professores e de uma sensibilidade muito particular para lidar com as pessoas, na sua diversidade de ambições e convicções. Nas decisões difíceis era sempre uma opinião que procurava e tinha em consideração.

Enquanto secretário-geral da Fenprof dei todo o meu apoio ao “seu” projecto de *A Página*, considerando um exemplo do que pode ser um entendimento do sindicalismo que partilhávamos: a defesa dos interesses dos professores, enquanto trabalhadores, tem de ser feita no quadro de um profundo respeito pelo direito (de cidadania) à educação.

Depois, já como responsável na minha universidade pela área das Ciências da Educação, aceitei integrar o corpo de colaboradores de *A Página* e dar o contributo possível à afirmação de um jornal ímpar no panorama português, e com muito poucos exemplos em outros países.

Lembro-me, com saudade, da conversa quando, em véspera de eleições no SPN, ele se interrogava sobre a continuação do projecto de *A Página*. Lembro-me do quanto conversámos a descer a Avenida da Liberdade numa das imensas manifestações dos professores.

Defendo que a melhor homenagem que podemos fazer ao José Paulo é continuar e aprofundar o projecto de *A Página*. Aos dirigentes do SPN deixo o desafio de continuarem a criar as condições materiais para que o projecto prossiga e se amplie. A todos os que colaboravam com *A Página*, a garantia de que a sua colaboração continuará. Da minha parte, é esse o compromisso. Força e coragem! ▶

**ESTAVA FELIZ.** Amigos do SPN, recebi com dor e pesar a notícia do falecimento do camarada e amigo Zé Paulo Serralheiro. Vai para 20 anos que, integrando uma delegação do Sindicato dos Professores do Norte, o conhecemos numa visita que fizeram a Santiago de Compostela, para estabelecer as primeiras relações com o Sindicato da Educação das Comissões Obreiras da Galiza. Desde esse momento, ficamos impressionados com a capacidade e a visão política do nosso amigo. Quando tomou a “batuta” da *Página da Educação*, deu boa mostra do nível que tinha como editor. Há poucas semanas, escreveu-me a dar conta de que estava a preparar a saída da nova revista em que estava empenhado. Estava feliz. Agora desapareceu e o vazio que deixa vai ser difícil de preencher, porque não abundam as pessoas com um coração como o seu.

**Benedicto García Villar, Asociacion Pola Esquerda (Galiza)**

**ENORME LEGADO.** Benqueridas amigas e amigos de «A Página da Educação» e do Sindicato dos Professores do Norte: acabo de tomar conhecimento do falecimento do benquerido amigo, mestre criador e animador dos mais estimáveis futuros para a educação, José Paulo Serralheiro. Em nome próprio, como colaborador de *A Página* – sua e nossa –, e também em nome da Sociedade Iberoamericana de Pedagogia Social e do seu Conselho Executivo, que presido, as mais sentidas condolências pelo seu passamento, a todas e todos vós que tivestes a fortuna de caminhar perto do seu “senlheiro” magistério. Um grande abraço nestes momentos de tristeza, mas também de intensa lembrança do seu enorme legado como pessoa, educador e editor.

**J. A. Caride Gómez, Universidade de Santiago de Compostela**

**N.R.** As mensagens foram editadas.

# O vidro



“Numa sala da nossa escola apareceu um vidro, partido. Não é um desses vidros grandes e grossos, que certamente custam um dinheirão. Para ser mais rigorosa, era um vidrinho de 23x32cm. Os vidrinhos da nossa escola são assim, com estas medidas e fininhos.

O vidro apareceu partido pela manhã. Rigorosamente não posso afirmar que tenha sido partido durante a noite. Embora o vidro partido seja de uma janela da minha sala, não posso afirmar se ele se partiu ou se foi partido. E esta é, presumo, uma questão importante.

Posso afirmar que no dia 7 de Outubro, às oito e trinta da manhã, o vidro estava partido porque a Cátia se queixou que vinha vento dali e apontou para a janela. Eu olhei e vi que faltava lá o vidrinho.

Volto a repetir que não posso afirmar, com todo o rigor, e em boa verdade, se o vidro foi partido ou se se partiu.

Do lado de dentro da sala de aula não havia vestígios de cacos de vidro. No intervalo, quando fui lá fora verificar o que se passava debaixo da janela, nem eu nem os miúdos vimos cacos de vidro. É como se o vidro da janela da minha escola tivesse sumido!

Uma hipótese que não posso deixar de pôr a consideração de Vossas Excelências é que alguém possa ter partido cuidadosamente o vidro, tenha aparado os cacos e sumido com eles, criando, assim, confusão quanto aos procedimentos legais a seguir. Mas isto, tenho consciência, é já uma mera suposição e um atrevimento de que desde já peço desculpas. Saberão Vossas Excelências, melhor do que eu, deslindar esta questão.

O que posso informar, com todo o rigor e fidelidade, é que o vidro não estava lá quando a Cátia se queixou do vento. Posso ainda afirmar, porque eu própria experimentei, colocando-me frente ao buraco provocado pelo vidro em falta, que, mesmo sendo um buraco pequeno, por ali, neste tempo de Outono, entrava um vento frio.

Tenho a franqueza de afirmar, pedindo antecipada desculpa a Vossas Excelências, que estando perante este problema, não sei como agir para remediar a situação. E que não é claro se a situação é tipificada como acidente ou roubo.

Num livro policial que li quando fazia o meu curso, havia uma situação clara. O personagem raciocinava considerando que, se havia vidros no interior, era tentativa de assalto (caso não faltasse nada) ou assalto (caso faltasse alguma coisa). Se os cacos estivessem no exterior, era acidente (caso a janela estivesse fechada) ou fuga (caso a janela estivesse aberta). Nenhum destes casos se aplica ao nosso vidro, razão pela qual não sei como proceder junto das autoridades escolares.



Devo acrescentar que, antes de me decidir a incomodar Vossas Excelências, tive o cuidado de consultar toda a legislação existente sobre vidros partidos e a forma de comunicar e não encontrei resposta de “acordo com os procedimentos” para esta situação.

Tendo eu de informar Vossas Excelências, em rigor não posso afirmar se o vidro foi partido ou se se partiu. Permaneço, assim, na dúvida sobre qual o modelo de participação a usar e, pedindo antecipadamente desculpa pelo atrevimento, se, dado o caso insólito, não será necessário esperar por legislação adequada que permita fazer correctamente a participação.

Informo ainda Vossas Excelências que antes de decidir incomodá-los tentei resolver o problema e encontrar resposta para as minhas dúvidas. Em rigor, informo que telefonei a 19 colegas de escolas do meu distrito com telefone, pedindo esclarecimento sobre o melhor procedimento a seguir. Informo que as colegas, embora todas com experiência de vidros partidos, não tinham nenhum caso de ausência de cacos no interior e no exterior.

Chamo a atenção de Vossas Excelências para o facto de a minha escola se encontrar em regime de experiência de direcção. Assim, presumo, e peço antecipadamente desculpa se interpreto mal a legislação, que a minha escola tem autonomia administrativa e pedagógica. Sendo assim, creio estarem reunidas as condições legais que me permitem, como directora, dirigir a Vossas Excelências a pergunta: como devo proceder para participar o desaparecimento do vidro na minha escola?

Certa de que Vossas Excelências darão a melhor e mais rápida atenção a esta minha pergunta, respeitosamente, de Vossas Excelências – *A Directora*”.

Este ofício, em rigor, não corresponde ao escrito pela colega. Quando me falou do caso, eu pedi-lhe autorização para publicação do ofício. A colega negou, por considerar que existe legislação que proíbe que os directores e outros responsáveis pelas escolas permitam que a opinião pública conheça o que se passa de concreto no interior e no exterior das nossas escolas. Teve medo de lhe ser instaurado inquérito disciplinar. Considerou, ainda, que as autoridades escolares lhe cometeram a função de impedir que a opinião pública conheça estas pequenas misérias. Tive de respeitar a decisão da colega.

Da minha parte, considero muito importante que a opinião pública conheça este caso do vidro partido. Por isso, ponho à vossa consideração o ofício camuflado para defesa da clandestinidade da directora.

Devo acrescentar que, em Março, a colega ainda não tinha obtido resposta das autoridades escolares para o ofício enviado em Outubro. O buraquinho continua lá, na direcção da Cátia. Cuidadosamente, a colega tapa a falha com uma cartolina que se desfaz quando chove.

Não digo a cor da cartolina para que as autoridades fiquem baralhadas. Como sabem, o que não falta são cartolinas a tapar buraquinhos nas nossas escolas. Cátias, agora, há muitas.

Sem mais, fica o texto clandestino à vossa consideração. Se souberem qual ou quais os decretos, despachos, parágrafos e alíneas, circulares, normativos, ou outros dispositivos legais que enquadram o caso do vidro partido, peço o favor de me informarem.

Clandestinamente, farei chegar a informação à colega em apreço. Talvez, assim, lá para o Verão, a Cátia não tenha um cartão a tapar o buraquinho da janela da sua escola. ▶

**José Paulo Serralheiro**

# O stresse dos professores

Testemunhos e inquéritos revelam que, hoje, ensinar é uma dura profissão! Stresse, mal-estar e sofrimento, traduzem as dificuldades de uma profissão drasticamente atingida pelas mudanças sociais e pelos novos funcionamentos da instituição escolar.

Flora Yassine  
(tradução de Helena Miranda)

## Professores à beira de um ataque de nervos



A actualidade revela-nos que os professores estão prestes a rebentar – esfaqueados na sala de aula, dois suicídios desde a *rentrée* de 2008, ... Incidentes deste tipo, altamente mediatizados, não são mais do que a ponta – visível e extrema – de um iceberg feito de sofrimentos menos aparatosos, mas parte de um todo revelador do mal-estar da profissão, a nível mundial.

Em todas as *rentrées*, em todos os estudos, em todos os testemunhos, jovens professores manifestam, irónicos ou coléricos, o seu desespero. *Sites*, *blogs* e fóruns são alimentados pelas reflexões daqueles que descobrem as dificuldades de uma profissão hoje considerada de alto risco, ou mesmo, para alguns, “missão impossível”. O fórum mais animado da página da Sciences Humaines nasceu de uma carta onde uma jovem professora de Filosofia exprime a sua lassitude, a sua decepção e defende mesmo a supressão daquela disciplina no ensino técnico ([www.scienceshumaines.com/forums/viewtopic.php?f=7&t=6443](http://www.scienceshumaines.com/forums/viewtopic.php?f=7&t=6443)).

### Falta de reconhecimento e culpabilização

Em França, 67% dos professores consideram que na sua profissão o stresse é mais elevado do que em qualquer outra (inquérito realizado em 2002 para o SNES). Um estudo epidemiológico da Mutuelle Générale de l'Éducation Nationale revelou, em 2001, que os professores sofrem significativamente de afecções específicas: insónia, enxaqueca, zona, problemas das vias respiratórias, entre outras, não sendo, no entanto, mais afectados pela depressão do que outros profissionais. Segundo um estudo de 2004 sobre a qualidade de vida dos professores, 35% consideram a sua saúde como “média” e “má”. Para coroar este cenário, e de acordo com uma sondagem realizada em Março de 2008, 93% dos professores consideram a sua profissão desvalorizada e perto de 50% gostaria de mudar de profissão.

Em suma, o mal-estar no trabalho, visível actualmente em muitas profissões, marcado pela depressão e pelo esgotamento físico e moral, não só não poupa os professores como, para eles, assume contornos muito específicos.

O paradoxo é que a dificuldade que caracteriza esta profissão parece ser negada pela sociedade, que muitas vezes considera que os professores têm condições de trabalho privilegiadas (horários, férias). O desconhecimento da realidade quotidiana da sala de aula dificulta o reconhecimento da complexidade das tarefas do professor, como constata Laurence Janot-Bergugnat e Nicole Rascle, que afirmam: “Desvaloriza-se o seu papel ao mesmo tempo que se lhes pede cada vez mais”.

Esta ausência de reconhecimento é fonte de culpabilidade para os professores – sentindo-se pouco apoiados pela sociedade e sob suspeição de serem os responsáveis pelos problemas da Escola, são, além disso, obrigados a lidar com uma pluralidade de exigências resultantes das transformações da sociedade e da instituição escolar. ▸

# Acumulação de missões

“Na sala de aula sinto-me como um personagem de alguns desenhos animados de Tex Avery: em todo o lado ao mesmo tempo, a correr de um aluno para o outro, tenho a impressão de me desdobrar em dez, pelo menos! No fim, sinto-me como que esvaziada! E, no entanto, é preciso, no dia seguinte, voltar a ser capaz de motivar e transmitir segurança a estes jovens que nos chegam com os seus problemas sociais, escolares, psicológicos, afectivos (...).

Uma manhã o despertador tocou e eu não consegui levantar-me. Completamente impossível pensar em regressar às aulas. Como se o meu corpo deixasse, de repente, de obedecer ao meu cérebro. Sentia os músculos tão pesados, que o simples gesto de levantar o braço me parecia impossível.” («Le stress des enseignants», Janot-Bergugnat e Rasclé).

A espiral de esgotamento é hoje largamente estudada pelos psicólogos. Os professores evocam o “inferno”, a “arena”, o “fosso dos leões”, para descrever a dureza da sua experiência profissional.

Como se chegou a este ponto?

No decurso dos últimos 30 anos, as mudanças sociais obrigaram os professores a transformar a sua prática. Os alunos mudaram e conseguiram um direito de expressão por vezes difícil de gerir; os professores têm que fazer face tanto a pequenas incivildades como à grande violência que ultrapassou os muros da escola, educar para a cidadania, a democracia e o respeito pelo outro. Dentro da sala, os alunos comunicam entre si em voz alta, reclamam com o professor por uma nota que lhes parece injusta, quase nem se escondem para jogar com o telemóvel. Como explica o sociólogo François Dubet, é mais difícil e demorado criar as condições para dar uma aula do que propriamente ensinar, sendo que, além disso, a calma e a concentração conseguidas resultam de uma tão frágil alquimia que se desfazem em qualquer momento.

## Exigências incessantemente acrescidas

Há que ter em linha de conta, também, a diversidade dos públicos e das culturas, o conhecimento das religiões e dos modos de socialização familiares. Sem contar que, numa sociedade em que o insucesso escolar é visto como uma grave injustiça, os professores têm de obter os melhores resultados com alunos cujos nível, capacidades e gostos são cada vez mais heterogéneos.

As reformas educativas vão-se sucedendo, fixando como objectivos o sucesso para todos e uma pedagogia para cada um.

Seja qual for o nível de ensino, os professores têm de desenvolver actividades de apoio e de “remediação”, mantendo-se sempre atentos às dificuldades individuais. A inclusão dos alunos portadores de deficiência obriga a reformulações importantes, quer na preparação, quer na apresentação das aulas.

A estas novas missões acrescentem-se as exigências profissionais resultantes de uma instituição em plena transformação. Como demonstra, por exemplo, a socióloga Agnès Van Zanten, a descentralização do sistema abriu os estabelecimentos escolares à lei da concorrência. A nova gestão – introduzida na Educação, à semelhança de outras organizações – exige, de cada um, um esforço suplementar de análise e de avaliações diversificadas, bem como a elaboração de projectos de escola. À gestão diária da turma, à correcção de trabalhos e testes, à preparação de aulas, ao acompanhamento individualizado dos alunos, vieram somar-se as avaliações anuais, impostas pelo Ministério, a presença num sem fim de reuniões (com colegas, com outros técnicos da educação), a resposta às exigências cada vez maiores das famílias – por sua vez, também vítimas de stresse, inquietas com o percurso escolar dos

seus educandos e, muitas vezes, pouco confiantes na Escola. Longe da atitude reservada que mantinham quando a Escola era um santuário quase impenetrável, os pais de hoje pedem contas, exigem explicações sobre o desenvolvimento dos programas, etc.

Os professores vêem-se, assim, confrontados com novas exigências de polivalência, de policompetência, de participação em equipas pedagógicas e no trabalho colectivo. Em suma, têm de satisfazer os seus utentes (os alunos), necessitando, para isso, de uma capacidade de reflexão que lhes permita adaptar-se incessantemente a exigências incessantemente novas.

“O professor actua num palco onde os papéis e os cenários mudam constantemente, onde os repertórios musicais e teatrais são extremamente variados. Variedade esta que obriga a que os professores, ou equipas de professores, ajustem as suas práticas, se questionem, sejam flexíveis, inventem novas respostas para os novos desafios da Escola”, concluem Janot-Bergugnat e Rasclé. ▀

# Como enfrentar o stress?

Para Françoise Lantheaume e Christophe Hérou, a Escola e os seus profissionais atravessam actualmente “um período de redefinição de referências e de adaptação a universos sociais em constante mudança”.

No inquérito que levaram a cabo, os dois sociólogos descrevem três atitudes destes profissionais: a realização, a apreensão e a abdicação.

A realização é dominada pelo prazer de fazer aquilo de que se gosta – uma aula bem sucedida, por exemplo, provoca a satisfação resultante do sentimento de domínio da situação. Mas a multiplicidade e a sobreposição das tarefas e a dificuldade de as gerir satisfatoriamente a todas podem provocar apreensão, um sentimento de incapacidade de resposta à quantidade e à diversidade das solicitações. Desencadeia-se, então, um mecanismo de abdicação que se traduz num desinvestimento, num desejo de fuga resultante de um sentimento de impotência indutor de dúvida e incerteza, diminuindo a satisfação no trabalho.

Por seu lado, Van Zanten e Patrick Rayou debruçaram-se sobre as novas gerações de professores. Distinguem os “sobreviventes”, que vivem com dificuldade os seus primeiros passos na profissão e são animados pelo desejo de demissão, os “racionais”, que se concentram na acumulação de pontos para poderem, um dia, escolher uma escola de seu agrado e, por fim, os “motivados”, que se empenham afincadamente nas acções pedagógicas desde o início da carreira.

Na sua obra intitulada “Les enseignants entre plaisir et souffrance”, a psicóloga da educação Claudine Blanchard-Laville salienta que o sofrimento provocado pelo sentimento de fracasso ou de insatisfação é agravado pelo facto de se tratar de uma profissão em que o indivíduo é “extremamente exposto, ao nível relacional”, mas que pode, simultaneamente, provocar uma intensa satisfação. De facto, em todos os inquéritos, os professores apontam como motivação principal da sua escolha “o prazer de transmitir” e “o contacto com os jovens”. Se alguns conseguem manter estes afectos positivos em primeiro plano, muitos são os jovens professores que, sem a experiência dos mais antigos, são atingidos pela apreensão e a abdicação. Tanto mais que dificilmente confessam as dificuldades encontradas na sala de aula – os problemas de disciplina ou de dificuldades pedagógicas são temas tabu em muitas escolas, onde os professores em dificuldade são mostrados a dedo. Medo do julgamento da hierarquia ou dos colegas, “o silêncio é uma espécie de amuleto contra um mal que pode contaminar”. Como explica Anne Barrère, a sociabilidade entre colegas, quando existe, é “amigável e afectiva”, evitando as conversas de ordem profissional.

Segundo uma tradição ancorada na educação e reafirmada nos textos mais recentes, são garantidas ao professor a sua liberdade pedagógica e a sua autonomia. Mas os tempos mudaram: o professor, mestre único a bordo, fechado com os seus alunos na “sala-útero” ou “sala-frasco” – usando expressões de Éric Debarbieux, director do Observatório Europeu da Violência na Escola –, talvez seja autónomo, mas fica isolado para fazer face às situações mais delicadas decorrentes das relações professor-aluno. Então, a autonomia, antes considerada um pilar da profissão, pode, hoje, transformar-se numa armadilha.

## Métodos de protecção

As mais recentes análises sublinham o papel relevante da acção colectiva para enfrentar os novos desafios de uma profissão em plena mutação.

Na sua obra sobre o stress dos professores, Janot-Bergugnat e Rasclé apresentam uma lista de “modos de trabalho protectores” elaborada a partir de vários inquéritos realizados em França, na Bélgica, bem como nos países anglo-saxónicos e nórdicos. O trabalho em equipa, que permite a libertação da palavra, a partilha de experiências, a troca de planos de aula que deram provas de eficácia, de pequenos “truques que funcionam”, a solidariedade e a construção de uma cultura comum, contribuem para uma melhor resolução dos problemas de violência, para melhorar o clima escolar e, conseqüentemente, o bem-estar e a eficácia dos professores. Uma gestão protectora – a palavra concedida ao pessoal e o apoio activo e empático por parte do director da escola, por exemplo – é também um factor essencial para a redução de riscos, assim como o diálogo e a cooperação com as famílias.

Refira-se, no entanto, que estas novas formas de profissionalização estão ainda longe de constituir a regra em França. Necessitariam de uma mudança radical das representações da profissão docente, acompanhada de um conjunto de transformações do sistema e de uma formação adequada dos jovens aspirantes a professores. ▀



O conceito de  *coping* , elaborado por Lazarus e Folkman, designa o conjunto de estratégias cognitivas e comportamentais desenvolvidas pelo sujeito para gerir situações stressantes. Os estudos sobre os professores identificam, geralmente, quatro estratégias.

**Resolução do problema.** Consiste em analisar o mais objectivamente possível as dificuldades, racionalizar as situações, procurar soluções de resolução de conflitos e, ao mesmo tempo, controlar as emoções próprias, valorizar os aspectos positivos da profissão e encorajar positivamente os alunos. Esta atitude – a mais frequente – garante uma elevada auto-estima e um sentimento de satisfação profissional.

**Expressão de emoções.** Este tipo de comportamento manifesta-se pelo evitamento: ignorar as dificuldades, evitar os colegas, “fugir” para casa para esquecer, dar prioridade a outras actividades. É mais frequente nos homens do que nas mulheres. Pode acentuar os riscos de  *burnout*  e traduz-se por atitudes cínicas ou agressivas em relação aos alunos e aos colegas.

**Necessidade de comunicar.** Estilo de adaptação que consiste em procurar, através da palavra, a partilha de emoções com os colegas. Esta atitude, que assume com frequência o tom de queixa, de lamento, distingue-se de uma verdadeira procura de apoio eficaz. Adoptada maioritariamente pelas mulheres, não constitui, segundo os psicólogos, uma protecção eficaz contra o  *burnout* .

**Recurso ao estilo tradicional.** Esta estratégia é característica da profissão docente e, em particular, dos jovens professores em início de carreira. Ao sentirem-se sobrecarregados e incapazes de dar as respostas apropriadas, alguns professores refugiam-se numa atitude autoritária – gritam, instauram o terror – e tentam proteger-se impondo condições restritas que lhes devolvem a “paz”. É, de algum modo, uma estratégia de sobrevivência, mas que, no entanto, pode conduzir rapidamente ao esgotamento. ▸

**Nota:** O dossier “Le Stress des Enseignants” foi publicado na revista francesa «Sciences Humaines» nº 202 (Março.2009).

EPE e 1º CEB

## Regime especial de aposentação

Foi publicada a Lei nº 77/2009, de 13 de Agosto, que, além de instituir um regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1º Ciclo em regime de monodocência e que tenham concluído os respectivos cursos em 1975 e 1976, altera o Decreto-Lei 229/2005 (que alterou vários regimes especiais de aposentação).

Com esta alteração – conseguida após várias acções desenvolvidas pela Fenprof e pelos seus sindicatos junto da Caixa Geral de Aposentações, ministérios da Educação e das Finanças e grupos parlamentares –, a Assembleia da República repõe o dia 31 de Dezembro de 1989 como data-limite para contagem dos 13 ou mais anos de serviço necessários para esses docentes poderem aposentar-se com 32 anos de serviço e 52 de idade. Para este regime especial de aposentação, essa sempre foi a data considerada pelo ME; no entanto, a CGA e o Ministério das Finanças cessante entenderam considerar que seria 30 de Setembro de 1989. Com esta alteração totalmente arbitrária, muitos foram os educadores/professores que viram o pedido de aposentação recusado e, assim, completamente defraudadas as suas legítimas expectativas.

Agora, os docentes nesta situação, que viram os seus pedidos indeferidos, devem fazer, urgentemente, um novo pedido de aposentação, ainda que tenham processos em tribunal. Posteriormente, a Fenprof e os seus sindicatos estudarão a forma de serem indemnizados pelo tempo de serviço que, injustamente, foram obrigados a cumprir. ▸

## JULHO

### I Série

#### 14. Portaria 756/09

Cria as regras de designação de docentes para a função de professor bibliotecário nos agrupamentos ou escolas não agrupadas.

### II Série

#### 01. Despacho 14.724/09

Determina o calendário escolar para o ano lectivo 2009-2010.

#### 21. Despacho 16.551/09

Fixa os critérios para o exercício das funções de assessoria previstas no Decreto-Lei nº 75/2009, de 22 de Abril.

#### 24. Aviso 13.098/09

Abertura de concurso para o exercício de funções docentes no Ensino Português no Estrangeiro no ano escolar 2009-2010.

#### 28. Despacho 17.398-B/09

Tabela de vencimentos e abonos dos coordenadores e adjuntos de coordenação do Ensino Português no Estrangeiro.

#### 28. Despacho 17.398-C/09

Actualiza as remunerações dos docentes do Ensino Português no Estrangeiro.

## AGOSTO

### I Série

#### 03. Portaria 841/09

Regulamenta a equiparação a bolseiro para os docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário providos em lugar de quadro.

#### 06. Lei 60/09

Estabelece o regime da Educação Sexual em meio escolar.

#### 13. Lei 76/09

Autoriza o Governo a alterar o Código de Processo de Trabalho.

#### 13. Lei 77/09

Institui um regime especial de aposentação para educadores de infância e

professores do 1º Ciclo do Ensino Básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o curso do Magistério Primário e de Educação de Infância em 1975 e 1976.

#### 17. Portaria 914/09

Aprova o Quadro de Referência do Ensino de Português como Língua Estrangeira.

#### 20. Portaria 940/09

Aprova os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo próprio da Escola Portuguesa de Macau ao nível do Ensino Secundário, bem como as respectivas matrizes curriculares e planos de estudo.

#### 20. Portaria 941/09

Aprova para o Colégio-Internato dos Carvalhos quatro ciclo de estudos a iniciar no ano lectivo 2009-2010.

#### 21. Decreto Regulamentar 14/09

Prorroga a vigência do regime transitório estabelecido pelo Decreto Regulamentar nº 1-A/2009, de 5 de Janeiro, até à revisão do regime de avaliação de desempenho previsto no Estatuto da Carreira Docente.

#### 21. Portaria 942/09

Regula o recrutamento de pessoal docente para grupos, subgrupos e disciplinas de formação artística do Ensino Artístico Especializado da Música e da Dança.

#### 25. Portaria 967/09

Aprova a regulamentação do reconhecimento das qualificações dos educadores de infância e dos professores dos ensinos Básico e Secundário prevista na Directiva 2006/100/CE, transposta para a ordem jurídica interna através da Lei nº 9/2009, de 4 de Março.

## SETEMBRO

### I Série

#### 03. Decreto-Lei 212/09

Estabelece o regime aplicável à contratação dos técnicos que asseguram

o desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular (AEC) no 1º Ciclo do Ensino Básico nas escolas da rede pública.

#### 08. Decreto-Lei 220/09

Aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência nos domínios de habilitação não abrangidos pelo Decreto-Lei nº 43/2007, de 22 de Fevereiro.

#### 08. Lei 101/09

Estabelece o regime jurídico de trabalho no domicílio.

#### 14. Lei 105/09

Regulamenta e altera o Código do Trabalho aprovado pela Lei nº 7/2009, de 12 de Fevereiro.

#### 16. Decreto-Lei 238/09

Estabelece ajustamentos procedimentais relativos à entrega de requerimentos para a aposentação e determina a revisão oficiosa, com efeitos retroactivos reportados a 1 de Janeiro de 2008, para actualização do factor tempo de serviço, das pensões de aposentação voluntária não dependentes de incapacidade atribuídas de acordo com a Lei nº 52/2007, de 31 de Agosto.

#### 16. Decreto-Lei nº 242/09

Dispensa a obrigatoriedade de atestado médico para efeitos de comprovação da robustez física e do perfil psíquico exigidos para o exercício de funções profissionais, públicas ou privadas, e revoga o Decreto-Lei nº 319/99, de 11 de Agosto.

### II Série

#### 18. Despacho 21.028/2009

Considera para todos os efeitos legais como acções realizadas no seu grupo aos docentes coordenadores dos centros de formação nos centros Novas Oportunidades.

## Por que o SPN não tem formação contínua

Com o início do ano lectivo e de um novo módulo de avaliação do desempenho, muitos sócios do Sindicato dos Professores do Norte têm questionado os nossos centros de formação sobre os planos de formação contínua que habitualmente o SPN lhes oferecia, pelo que se considera oportuno explicitar publicamente as razões de não disponibilizarmos formação creditada e financiada aos associados.

Os planos de acção dos centros de formação do sindicato (CFSPN) e do Instituto Irene Lisboa/Norte (IIL/CFN) para os anos civis de 2007 e 2008 foram elaborados a partir dos relatórios de avaliação interna dos dois centros, onde os docentes definiram as respectivas necessidades de formação. Na sequência, o SPN candidatou-se ao financiamento dos planos de ambos os centros no âmbito do POPH (Programa Operacional do Potencial Humano, Medida 3.5).

Entretanto, a 4 de Julho de 2008, foram publicados os despachos 18.038 e 18.039, um alterando as regras a que deviam obedecer os planos e outro com a reorganização da rede de centros de formação de associação de escolas (CFAE).

Posteriormente, em Outubro, os centros receberam um ofício do POPH, indeferindo o financiamento sob alegação de que “os Projectos de Formação não incluíam cursos dos Programas Nacionais e das áreas prioritárias, em conformidade com os Despachos”. De imediato, o SPN interpôs uma acção judicial – da qual ainda não conhece decisão –, uma vez que, aquando da submissão das candidaturas, meses antes, as regras previam o financiamento às associações profissionais e sindicais, pelo que os diplomas em causa não se lhes aplicariam.

Responsavelmente, o SPN tem defendido que a formação contínua é uma vertente fundamental na melhoria das condições de trabalho, da qualidade dos processos de ensino-aprendizagem e dos resultados dos alunos, pelo que deve ser gratuita e facultada pelos CFAE. Dentro este princípio, não pode exigir aos seus associados o pagamento de qualquer valor (ainda que simbólico) por um serviço que compete ao Estado (Ministério da Educação) facultar aos seus funcionários. ▀

**Arminda Rosa,**  
CFSPN

**Vítor Gomes,**  
IIL/CFN



**RUMO ÀS ILHAS DE BRUMA.** O SPN (departamento de professores aposentados) está a organizar uma viagem turística aos Açores (30.Novembro a 6.Dezembro). Com saída do Porto em direcção a S. Miguel (3 dias), o programa contempla também as ilhas do Faial, do Pico e da Terceira. A degustação do afamado chá da Gorreana e do “cozido das caldeiras”, bem como a fruição do Parque Terra Nostra e da paisagem das lagoas, são apenas alguns dos atractivos micalenses. Depois, o vulcão dos Capelinhos, com o recém-inaugurado centro de interpretação (Faial), a travessia marítima para o Pico (Museu dos Baleeiros, Casa dos Bordados, cooperativa vitivinícola) e, já na Terceira, Angra do Heroísmo (Património Mundial) e Praia da Vitória (de Nemésio), constituem outros tantos excelentes motivos para embarcar rumo “às ilhas de bruma, onde as gaivotas vão beijar a terra”. Para saber mais e marcar lugar: 226 070 500. ▀



pare, escolha, decida



### **CURSOS.** Fundação de Serralves, Porto

A Fundação está a promover uma série de cursos, orientados por reconhecidos especialistas de distintas áreas. Alguns já decorrem, outros têm início em Outubro e prolongam-se até Dezembro (21h30):

**Ciência e Fé, um Inútil Confronto, Daniel Serão:** “É essencialmente uma visão pessoal deste problema relacional, visão que venho construindo ao longo do tempo, pelo estudo e por experiências múltiplas. O seu enfoque principal é a análise comparativa da atitude mental científica e da atitude mental fideísta ou de crença, tal como estas atitudes se mostram nas pessoas concretas. Ambas estas atitudes são fortemente criativas e essa criatividade será discutida nos seus fundamentos neurobiológicos, psicológicos e sociais”.  
14.Out-02.Dez | 4as feiras

**Sexualidade e Civilização Ocidental, Júlio Machado Vaz:** Regresso à Antiguidade e à Idade Média, quando a Sexualidade era desconhecida, como palavra, conceito e obsessão. “Assim demonstrando que em diferentes momentos históricos as culturas fabricam as suas próprias molduras para a ‘coisa sexual’ de que falava Charcot. Sem por um momento negar a Biologia, tal viagem permite verificar como os factos daquela são utilizados, escolhidos – e às vezes torturados! – até chegarem ao porto ingénuo das nossas perigosas certezas”.  
15.Out-03.Dez | 5as feiras

**A Sismografia da Cultura, António Guerreiro:** “A metáfora do sismógrafo (ou outra metáfora da mesma família) é usada por uma constelação de autores. Deter-nos-emos em Aby Warburg (1866-1929) e Walter Benjamin (1892-1940), duas figuras maiores do século XX que contribuíram decisivamente para as configurações conceptuais do tempo em que vivemos. A aproximar estes dois autores está uma concepção da história e da cultura que encontra na questão da imagem um dispositivo fundamental”.  
16.Out-18.Dez | 6as feiras



### **DANÇA.** Centro Cultural Vila Flor, Guimarães

24.Out | 22h «Talk Show: Quando o Corpo se Apaga» é a primeira parte da nova trilogia do coreógrafo **Rui Horta**. “Um questionamento sobre o corpo enquanto sistema comunicante e sobre o seu desaparecimento ao longo da vida no território maior da sua evidência, o amor. É um *road movie* do corpo. Um exercício de curiosidade e inquietude perante o desconhecido”.



### **POESIA.** Teatro Circo, Braga

28.Out, 11 e 18.Nov | 21h30 O século XX terá sido o século de ouro da poesia portuguesa, com nomes como Pessoa, Eugénio, Sophia, Herberto ou Sena. Nesta iniciativa – comunidade de leitores animada por **Jorge Reis-Sá** –, além de uma pequena prelecção sobre cada um dos poetas, será motivada a leitura dos seus poemas.



### **MÚSICA.** Casa das Artes, Famalicao

31.Out | 21h30 «Xinti» (sente) é nome de disco. É convite – a sentarmo-nos, a deixarmo-nos embalar, a sentirmos uma música que vem da alma. **Sara Tavares** rodeou-se de músicos como Mário Delgado, Gogui Embaló, João Paulo Esteves da Silva, Boy Ge Mendes, Rão Kyao ou José Salgueiro e vai partilhar com o público uma alma suficientemente grande para abraçar o mundo.

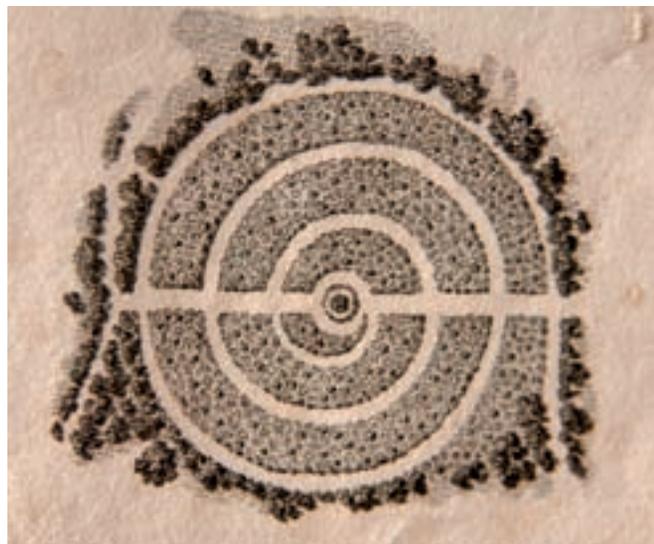
# Que o luto não permaneça!

Eis, finalmente, a primeira revista de 2009-2010! Estava previsto chegar aos professores e às escolas antes do acto eleitoral de 27 de Setembro, mas, por circunstâncias várias, não foi possível.

Estas linhas são traçadas na antevéspera da ida a votos. Mas, fazendo futurologia, quando a revista chegar aos leitores, já os eleitores terão arrumado a sociedade *Rodrigues, Lemos & Pedreira* no caixote dos trastes sem préstimo. Pelo menos assim se deseja, apesar de a última sondagem divulgada dar uma expressiva vantagem ao partido liderado pelo agora *falinhas mansas*, José de Sousa, aproximando-o perigosamente de uma eventual nova maioria absoluta. O que seria doloroso – para o país, em geral, e para as escolas e os educadores/professores, em particular.

Educadores/professores que, espera-se, terão dado um precioso contributo para o fim dos protagonistas deste episódio negro da história da educação em Portugal – para o fim deste luto profissional que tolda o ambiente escolar. Porque os professores têm memória, certamente não esqueceram a longa noite de mais de 4 anos e meio em que, repetidamente, foram ignorados, desacreditados, desconsiderados, humilhados, às vezes insultados e – suprema afronta – separados em duas castas...

Se o prognóstico falhar, é lamentável. Não será apenas por irresponsabilidade dos educadores/professores, mas também serão vítimas: eles, a Escola Pública, as crianças e jovens, o país. E, não haja dúvidas, voltaremos a ter de pôr o luto. Por mais quanto tempo, é que já ninguém arriscará prever...



Como fica salientado em páginas anteriores, o SPN também está de luto. Num curto intervalo de Verão, dois dos nossos mais reconhecidos dirigentes deixaram-nos antecipadamente.

Não serei exactamente a pessoa mais bem colocada para escrever sobre os dois camaradas. Mas, até pela coincidência de ambos terem sido, a seu tempo, directores desta publicação, aqui vai.

Com o Zé Paulo, comecei a trabalhar na informação sindical. Com ele partilhei espaços, ideias, algumas *vespertinas* prolongadas, muitas conversas e um ou outro gin tónico, que ele tanto apreciava. Era, talvez, a pessoa com quem mais me identificava no sindicato. Depois, por quaisquer razões que a Razão desconhece, ou esquece, fomo-nos afastando até quase já não nos encontrarmos – e quando acontecia, apenas nos saudarmos.

Com o Adriano, a relação pessoal sempre foi mais distante, sem grandes momentos de partilha; uma ou outra conversa sobre o *fê-quê-pê* ou música *folk*, especialmente céltica, e pouco mais. Há cerca de um ano, ofereci-lhe um CD – um presente de aniversário atrasado, como chego muitas vezes –, na esperança de que ali estivesse uma ponte de diálogo, cada vez mais difícil, para mim, à medida que a doença avançava, me apavorava e me mantinha distante. Acreditava, por outro lado, que o “Astrakan Café” lhe podia suavizar o tempo, sugerindo viagens por paisagens interiores. Não sei se funcionou...

Apesar destas circunstâncias (inter)personais, desde cedo me habituei a ouvir ambos e sempre lhes admirei a serenidade (ATS) e a irreverência (JPS), a permanência e a coerência, a convicção e o apego ao sindicalismo docente como garante de uma Escola Pública de qualidade e para todos.

Vivificando a sua memória, os que cá continuamos tentaremos merecer o seu legado e honrar o seu empenho.

Obrigado, Adriano!

Obrigado, Zé Paulo!

Até sempre, companheiros! ▶

**António Baldaia**



## nesta edição

- a abrir
02. **Dia Mundial dos Professores**
- editorial
03. **Recordar o passado para melhor enfrentar o futuro**
- acção reivindicativa
- Confusão nas colocações; legalidade ultrapassada na elaboração de horários; a ascensão do “director”; baralhação, ou não, com hipotético concurso a titular; continuação do processo de avaliação de desempenho – múltiplos sinais de desordem no início do ano lectivo e final do consulado de Lurdes Rodrigues.*
04. **Concursos e colocações de professores: ainda mais do mesmo**
06. **Horários: lei é para cumprir!**
08. **Autonomia, gestão e administração: dois pesos e duas medidas**
10. **Prova pública ou concurso a titular?**
11. **O que deve fazer quem não entregou objectivos**
- do superior
12. **Ciência e Ensino Superior: um breve balanço**
- opinião
14. **Autonomia das escolas é paradoxo centralista**
- memória spn
- Num curto espaço de tempo, o Sindicato dos Professores do Norte perdeu dois dos seus mais reconhecidos dirigentes. Depois do luto, a evocação.*
15. **Obrigado, Adriano! Obrigado, Zé Paulo!**
18. **Memória(s) do Adriano**
21. **Zé Paulo: uma sensibilidade muito particular**
- em foco
- O stresse dos professores. Testemunhos e inquéritos revelam que ensinar é uma dura profissão! Stresse, mal-estar e sofrimento traduzem as dificuldades de uma profissão drasticamente atingida pelas mutações sociais e pelos novos funcionamentos da instituição escolar.*
24. **Professores à beira de um ataque de nervos**
27. **Estratégias para redução do stresse**
- legislação
28. **Regime especial de aposentação na EPE e no 1º CEB**
- notícias spn
29. **Por que o SPN não tem formação contínua**
- apostas spn
30. **Cursos | Dança | Poesia | Música**
- a fechar
31. **Que o luto não permaneça!**